

COMISSÃO DE SAÚDE

SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 3.549, DE 2023

Apensado: PL nº 6.175/2023

Institui o Programa Nacional de
Conscientização, Prevenção e
Enfrentamento ao Etarismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa Nacional de Conscientização, Prevenção e Enfrentamento ao Etarismo.

Parágrafo único. Fica instituído o Programa Nacional de Conscientização, Prevenção e Enfrentamento ao Etarismo, com atuação em todas as unidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, bem como nas Unidades Básicas de Saúde da rede pública.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se etarismo qualquer forma de preconceito, intolerância ou discriminação praticada contra uma pessoa ou grupo em razão da idade, manifestando-se por meio de atitudes, normas, estigmas ou práticas que promovam exclusão, desvalorização, desrespeito ou invisibilização, especialmente no acesso a direitos como saúde, trabalho, participação social e convivência cidadã, inclusive no ambiente digital.

Art. 3º São objetivos do Programa Nacional de Conscientização, Prevenção e Enfrentamento ao Etarismo:

I – promover o respeito à diversidade etária e à dignidade da pessoa humana em todas as fases da vida;

II – prevenir e enfrentar práticas etaristas, com foco especial na saúde mental, reinserção social e proteção de direitos;



III – disseminar informações educativas sobre envelhecimento, longevidade e os efeitos nocivos do etarismo;

IV – fomentar a transformação da cultura institucional nas unidades públicas e federais.

Art. 4º São diretrizes do Programa:

I – igualdade no acesso à saúde e aos serviços públicos, independentemente da idade;

II – participação comunitária na implementação e avaliação das ações;

III – articulação intersetorial entre os serviços de saúde, assistência social, educação e direitos humanos;

IV – estímulo à pesquisa e à produção de dados sobre envelhecimento e etarismo.

Art. 5º Para a execução do Programa, serão realizadas, entre outras, as seguintes ações:

I – realização de campanhas informativas, debates e dinâmicas em grupo nas UBSs;

II – exibição de vídeos com depoimentos de vítimas de etarismo e distribuição de materiais educativos;

III – atendimento psicológico, psiquiátrico e jurídico gratuito às vítimas de etarismo;

IV – reinserção social das vítimas por meio de ações comunitárias e programas de inclusão;

V – realização de palestras e formações continuadas para servidores públicos;

VI – inclusão de normas contra o etarismo nos regimentos internos de conduta da Administração Pública;

VII – criação de canais de denúncia em órgãos públicos;



VIII – abordagem do etarismo digital como tema específico de prevenção.

Art. 6º O Programa será coordenado e fiscalizado pelo Governo Federal, com apoio técnico dos estados, execução pelos municípios e poderá contar com a participação de entidades públicas e privadas, inclusive mediante parcerias.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias da União, sem prejuízo de contribuições voluntárias, doações e outras fontes de recursos.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 24 de setembro de 2025.

Deputado **ZÉ VITOR**
Presidente

